EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO PMS Nº 075/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PMS Nº 010/2026

1. PREÂMBULO

O Município de Sirinhaém-PE, por meio da Secretaria de Governo, representado por seu Secretário, no exercício das atribuições e em observância ao Decreto Municipal nº 10/2025, a Lei Federal nº 14.133/2021 e respectivas alterações, e ainda a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** do tipo **"menor preço" por ITEM**, **tipo de disputa: aberta**, objetivando o registro formal de preços para eventual e futura contratação do objeto indicado no item 2. deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (***internet***).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **17/09/2026 às 09h30**	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **17/09/2026 às 10h00**	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **Bolsa Nacional de Compras - BNC**	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bnc.org.br**	
PREGOEIRO: José Carlos Souza de Oliveira	E-MAIL: sirinhaem.cpl@gmail.com
ENDEREÇO: **Rua Marquês de Olinda, 822, Centro, Sirinhaém – PE. CEP: 55580-000**	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF.**	

OBSERVAÇÕES:

- Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.
- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- Para participar da licitação se faz necessário que o licitante esteja cadastrado junto à Bolsa Nacional de Compras – BNC.
- Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, credenciado na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC" constante na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), coordenadora do sistema.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o Registro de Material Elétrico para as Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, Educação e Saúde do Município de Sirinhaém -PE, conforme Termo de Referência simplificado constante no Anexo deste Edital.

2.1.1. Os quantitativos do objeto deste Edital estão divididos da seguinte forma:

2.1.1.1. **ITENS: 1 ao 178 - exclusivamente** à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2.1.1.2. **ITEM: 179, 181, 183, 185 e 187 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

2.1.1.3. **ITEM: 180, 182, 184, 186 e 188 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2.2 A vedação à subcontratação na aquisição de material elétrico justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, a procedência e a segurança do produto, assegurando o controle direto sobre o armazenamento, transporte e prazos de entrega. A contratação direta do fornecedor permite maior fiscalização e responsabilidade sobre os cumprimentos das exigências e eventuais prejuízos à administração. Trata-se, portanto, de medida que preserva o interesse público, a eficiência e a integridade da execução contratual.

2.3 No presente processo, haverá a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, consoante o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3 PRAZOS

3.2 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.

3.3 O prazo de vigência do Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogáveis por igual período, observado as disposições contidas no Decreto Municipal art. 23 nº 10/2025, como nas demais normas legais pertinentes.

3.4 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, conforme § 1º do artigo 23 do Decreto Municipal nº 10/2025.

3.4.1 O prazo de vigência do(s) Contrato(s) será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.5 A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disciplinado no art. 20 do Decreto Municipal nº 10/2025 e demais normas legais pertinentes, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

3.5.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da Lei Federal 14.133/2021.

4 RECURSOS FINANCEIROS

4.2 O valor estimado total da presente licitação é de **R$ 2.727.350,73 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e três centavos),** constituindo-se em valor máximo aceitável para fins de julgamento das propostas, conforme os preços estimados pela administração.

4.2.1 Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados neste Edital são estimativos, não implicando obrigação da Administração de contratar a totalidade dos quantitativos registrados

4.3 Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Edital deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente.

5 COMPONENTES DESTE EDITAL

5.2 Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

5.2.1 Termo de Referência simplificado (**Anexo I**);

5.2.2 Minuta da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo II**);

5.2.3 Minuta do Contrato a ser eventualmente firmado entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo III**);

5.2.4 Modelo de Declaração (**Anexo IV**);

5.2.5 Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (**Anexo V**); e

5.2.6 Formulário de Dados do Fornecedor (**Anexo VI**).

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.2 Poderão participar quaisquer empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam às exigências constantes neste.

6.2.1 Não poderão participar deste Pregão:

6.2.2 Empresas que não tenham objeto social compatível ou similar com o objeto desta licitação.

6.2.3 Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município;

6.2.4 Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2.5 Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Município.

6.2.6 Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21.

6.2.7 Agente público da Prefeitura Municipal de Sirinhaém, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2.8 Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação**.**

6.2.9 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou

que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.

6.2.10 Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.2.11 Consórcio de empresa[1], qualquer que seja sua forma de constituição.

6.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

6.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.3.5 A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

6.3.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

7 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

[1]Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão Eletrônico em tela.

7.2 Para fins de participação neste pregão, os interessados deverão estarem credenciados junto à Bolsa Nacional de Compras - BNC.

7.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senhas pessoais, obtidas junto ao provedor do sistema, no qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber todas as instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8 COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

8.2 A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

8.2.1 Empresas **optantes pelo Sistema Simples de Tributação**:

8.2.1.1 a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal,http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm

8.2.1.2 **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

8.2.2 Empresas **não optantes pelo Sistema Simples de Tributação**:

8.2.2.1 a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

8.2.2.2 b) Escrituração Contábil Fiscal-ECF, ou documento equivalente admitido pela legislação tributária vigente, acompanhado do respectivo recibo de entrega, quando exigível, em conformidade com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercicio- DRE;

8.2.2.3 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.2.2.4 Cópia do contrato social e suas alterações;

8.2.2.5 **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3˚ da LC 123/2006.**

8.3 Os documentos relacionados no subitem 8.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

8.4 As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição**.

8.5 Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.6 O prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

8.7 A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 8.4 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

9 PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

9.2 A licitante deverá encaminhar proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.3 A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste Edital, e deverá conter:

9.3.1 Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

9.3.2 O valor unitário e global, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

9.3.3 Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada. Caso a marca/fabricante seja da própria empresa deverá ser informado como "própria".

9.4 A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

9.5 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.5.1 A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9.6 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.7 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

9.8 O encaminhamento de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.9 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.10 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

9.11 Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10 ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.3 O Pregoeiro verificará as propostas de preços apresentadas, devendo ser desclassificadas as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência simplificado (Anexo deste Edital).

10.4 Também será desclassificada a proposta de preços que identifique o licitante.

10.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6 A não desclassificação inicial da proposta de preços não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.7 O sistema ordenará automaticamente as propostas de preços classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

10.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.10 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.

10.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.12 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.13 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor será estipulado dentro do sistema.

10.14 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.19 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema.

10.20 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.21 Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.

10.22 Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

10.23 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.24 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.25 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.26 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.27 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta de preços.

10.28 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for de empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

10.29 Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.30 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.31 Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.32 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.33 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.34 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.35 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

10.35.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.35.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.35.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

10.35.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.35.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.35.6 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.35.7 empresas brasileiras;

10.35.8 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.35.9 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.35 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.36 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.37 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.38 Na situação de uma mesma licitante vencer cota reservada e principal com preços diferentes, deverá o agente de contratação, após a declaração dos vencedores, negociar a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos, conforme o art. 13 do Decreto Municipal nº 10/2025.

10.39 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.2 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.3 Será desclassificada a proposta de preços ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.4 Considera-se inexequível a proposta de preços que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a

materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.5 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo município; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, o pregoeiro, dará ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo, não inferior a 2 (duas) horas, conforme a razoabilidade e proporcionalidade, para apresentar, por meio do sistema eletrônico, uma composição do custo do valor proposto, acompanhada de um documento que lhe traga veracidade (notas fiscais, empenhos, atas, contratos, ordem de venda, etc.), desde que preexistente a data de abertura das propostas, comprovando assim a possibilidade de execução com o valor lançado.

11.5.1 A mera apresentação de declaração ou composição de custo ensejará a desclassificação da proposta, relativo ao item/lote inexequível.

11.5.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.5.3 A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.5.3.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.5.3.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
11.5.3.3 Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item ou lote correspondente.

11.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas de preços, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas de preços, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8 O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.9 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

11.10 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos produtos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de

catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta de preços.

11.11 Se a proposta de preços ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.13 O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.14 Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta de preços e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.15 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta de preços, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.17 Os documentos relativos à habilitação, solicitados no item 12. deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP/MEI enviar também a documentação constante no item 8. deste Edital e a Declaração constante no ANEXO V deste Edital), deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.18 Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador, o licitante deverá enviar, exclusivamente através do sistema eletrônico, o instrumento público ou particular de procuração, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

11.19 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11.20 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.2 A licitante classificada em primeiro lugar, deverá anexar os documentos de habilitação após solicitação do pregoeiro, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**.

12.3 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta de preços classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.3.1 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

12.3.2 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/;

12.3.3 Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade; e

12.3.4 Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/.

12.4 Constatada a existência de sanção que impeça a sua participação, o pregoeiro afastará o licitante por falta de condição de participação.

12.5 **Para fins de habilitação a este Pregão, serão exigidos:**

12.5.1 **Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**

12.5.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.5.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.5.1.3 Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

12.5.1.4 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.5.2 **Documentação relativa à Qualificação Técnica:**

12.5.2.1 Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, **no mínimo 30% (trinta por extenso) da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este**, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento para o(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) menor(es) proposta(s) referente aos itens **179,181 e 187**.

12.5.3 **Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:**

12.5.3.1 Certidão negativa de falência, com abrangência de todos os feitos distribuídos na jurisdição da sede da pessoa jurídica, podendo ser apresentada em via física, devidamente expedida pelo Distribuidor da comarca competente, ou em via eletrônica, emitida por sistema judicial oficial, desde que abranja os processos físicos e eletrônicos distribuídos na respectiva jurisdição.

12.5.3.2 A exigência do balanço patrimonial, conforme previsto no art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, representa o máximo permitido para fins de habilitação econômico-financeira, e não uma exigência mínima obrigatória. Nesse sentido, seguindo o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco por meio do Acórdão nº 1034/2025, cabe à Administração, de forma motivada, estabelecer critérios proporcionais à complexidade do objeto licitado. No caso concreto, observa-se que a licitação envolve itens de valor unitário reduzido, bem como objeto de baixa complexidade operacional e técnica. Diante disso, a exigência de demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial, revela-se desproporcional ao risco envolvido na contratação, podendo inclusive restringir injustificadamente a competitividade do certame. Assim, opta-se por não exigir esse documento, com fundamento na razoabilidade e na adequada proporcionalidade entre o encargo exigido e a natureza da contratação.

12.5.4 **Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

12.5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

12.5.4.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br:

12.5.4.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.5.4.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.5.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.5.5 **Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F, bem como o inc. IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021:**

12.5.5.1 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

12.5.5.2 Será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.5.6 **Documento relativo ao formulário obrigatório de dados do fornecedor:**

12.5.6.1 O preenchimento do formulário constante no Anexo VI do Edital é obrigatório, conforme Decreto nº 056/2025, sob pena de decair o direito à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato.

12.5.6.2 Ocorrendo a ausência do envio do documento exigido entre os documentos de habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data em que for formalmente declarado vencedor do certame, para promover a regularização da documentação.

12.5.6.3 O prazo de envio do documento exigido poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.5.6.4 A ausência de envio do Formulário de Dados Cadastrais, devidamente preenchido, implicará a decadência do direito à contratação, acarretando a desclassificação do licitante e o regular prosseguimento da análise dos demais classificados.

12.6 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

12.7 A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso elas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convenciona

o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

12.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dela.

12.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

12.10 Haverá verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.11 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia e neste caso podendo ser solicitado os originais para conferência quando necessário.

12.12 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.12.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.13 O pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo o licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.14 É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

12.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.15.1 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13 **RECURSO**

13.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 Declarado o vencedor para cada item/lote, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

13.4 Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade.

13.4.1 Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.4.2 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.4.3 Uma vez admitido o recurso, o Recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses consoante o disposto no art. 165 da lei 14.133/2021.

13.4.4 Os memoriais de recurso e de contrarrazões deverão ser enviados através de campo próprio do sistema.

13.4.5 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos.

13.5 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões recursais, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

13.6 Interposto o recurso de forma regular, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

13.7 Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.

13.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

13.10 O recurso será recebido em seu efeito suspensivo.

14 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.2 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.2.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.2.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.2 Decididos os recursos porventura interpostos contra ato do pregoeiro; e constatada a regularidade do ato praticado, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento.

15.3 Na ausência de recurso, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar a licitação, conforme o inciso IV do art. 71 da Lei Federal 14.133/2021.

16 DILIGÊNCIA

16.2 Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado o pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

16.3 Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários para apurar fatos preexistentes à abertura da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

17 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.2 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos.

17.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o pregoeiro, por meio eletrônico através do sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC ou através do e-mail sirinhaem.cpl@gmail.com.

17.4 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC e vincularão os participantes e a Administração.

17.6 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, por meio eletrônico através do sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC ou através do e-mail sirinhaem.cpl@gmail.com, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.7 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá o pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

18.2 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Sirinhaém/PE.

18.3 Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo pregoeiro dentro dos limites de suas atribuições.

18.4 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes, consoante o disposto no art. 55, § 1º da lei 14.133/2021.

18.5 **As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e**

desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação, consoante o disposto no art. 5º da lei 14.133/2021.

18.6 A presente licitação, a juízo do Município, poderá ser revogada por interesse público ou anulada por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado às interessadas ampla defesa, conforme os incisos II e III do art. 71 da Lei 14.133/2021.

Sirinhaém/PE, 03 de setembro de 2026.

Adelson Euzébio dos Santos
Secretário de Obras e Infraestrutura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO[2]

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o Registro de Preços de Material Elétrico para as Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, Educação e Saúde do Município de Sirinhaém -PE, conforme Termo de Referência simplificado constante no Anexo deste Edital.

1.1.1. Os quantitativos do objeto deste Edital estão divididos da seguinte forma:

1.1.1.1. **ITENS: 1 ao 178 - exclusivamente** à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.1.1.2. **ITENS: 179, 181, 183, 185 e 187 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

1.1.1.3. **ITENS: 180, 182, 184, 186 e 188 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.2 A vedação à subcontratação na aquisição de material elétrico justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, a procedência e a segurança do produto, assegurando o controle direto sobre o armazenamento, transporte e prazos de entrega. A contratação direta do fornecedor permite maior fiscalização e responsabilidade sobre os cumprimentos das exigências e eventuais prejuízos à administração. Trata-se, portanto, de medida que preserva o interesse público, a eficiência e a integridade da execução contratual.

2. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

[2] Simplificado no que diz respeito na transcrição das informações pertinentes a definição do objeto do certame.

2.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos abaixo:

1. **TABELA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**
2.

ITEM	CÓDIGO SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	2382	395451	Abraçadeira de nylon 4,8mm x 300mm - características adicionais: pacotes com 100 unidades.	PCT	150	R$ 19,30	**R$ 2.895,00**
2	2265	340503	Abraçadeira de nylon 4,8mm x 400mm - características adicionais: pacotes com 100 unidades.	PCT	150	R$ 18,20	**R$ 2.730,00**
3	2266	317756	Abraçadeira de nylon 9mm x 500mm - características adicionais: pacotes com 50 unidades.	PCT	200	R$ 11,83	**R$ 2.366,00**
4	2268	367292	Abraçadeira tipo D - galvanizada com cunha, para eletroduto de 3/4 polegadas.	UND	220	R$ 1,89	**R$ 415,80**
5	2299	367293	Abraçadeira tipo D 1.1/2"- galvanizada com cunha, para eletroduto de 1.1/2 polegadas.	UND	100	R$ 1,96	**R$ 196,00**
6	2300	373555	Abraçadeira tipo D 1.1/4"- galvanizada com cunha, para eletroduto de 1.1/4 polegadas.	UND	100	R$ 1,97	**R$ 197,00**
7	2329	376467	Adaptador de Tomada T Universal Benjamim - Branca 10A	UND	50	R$ 6,60	**R$ 330,00**
8	2330	440987	Adaptador Para Tomada Pino Multiplicador Tripolar Branco 10 A	UND	50	R$ 9,22	**R$ 461,00**
9	2328	319814	Armação Secundaria AR11 - 1 Estribo Galvanizado a Fogo 16x150mm	UND	80	R$ 13,78	**R$ 1.102,40**
10	2267	437095	Arruela quadrada 38mm x 38mm - diâmetro interno 5/8 polegadas, em aço galvanizado.	UND	3.520	R$ 2,44	**R$ 8.588,80**
11	2264	473077	Arruela quadrada 38x38x3mm - diâmetro do furo 18mm, em aço galvanizado.	UND	600	R$ 2,34	**R$ 1.404,00**
12	2269	375203	Base Para Relê fotoelétrico - com haste em metal	UND	650	R$ 14,00	**R$ 9.100,00**

13	**2191**	**446514**	Bomba Centrífuga 2 CV monofásica (com o selo indicação de proteção).	UND	12	R$ 1.399,69	**R$ 16.796,28**
14	**2271**	**461085**	Bomba Centrifuga 3 CV - monofásica (com o selo indicação de proteção). CATMAT: -	UND	22	R$ 2.538,15	**R$ 55.839,30**
15	**2270**	**443728**	Bomba tipo sapo - aplicação em cisterna, com no mínimo 450 W, 220v, Hmax 70m, 2.300L/h, monofásico, com selo de IP (indicação de proteção).	UND	15	R$ 499,75	**R$ 7.496,25**
16	**2369**	**356352**	Bomba tipo: sapo, aplicação: para cisterna, potência de no mínimo 900 W, 220v.	UND	15	R$ 469,30	**R$ 7.039,50**
17	**2192**	**612229**	Braço de Ferro 1,50 m x 40 mm galvanizado, uso para poste, características adicionais: sapata reforçada	UND	300	R$ 119,31	**R$ 35.793,00**
18	**2309**	**602037**	Bucha 8mm - sem parafuso com aba anel	UND	10.000	R$ 0,41	**R$ 4.100,00**
19	**2245**	**331715**	Bucha eletroduto, material: alumínio, bitola: 3/4.	UND	80	R$ 2,19	**R$ 175,20**
20	**2320**	**312476**	Cabo de aço 4mm - varal bitola 4mm	METRO	500	R$ 4,30	**R$ 2.150,00**
21	**2188**	**239697**	Cabo flexível 1,5mm branco - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	100	R$ 391,83	**R$ 39.183,00**
22	**2215**	**472307**	Cabo flexível 1,5mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	100	R$ 194,88	**R$ 19.488,00**
23	**2202**	**394261**	Cabo flexível 2,5mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001. CATMAT: Cabo flexível 2,5mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v,	ROLO	115	R$ 207,76	**R$ 23.892,40**

			material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001. CATMAT: 394261				
24	**2280**	**472311**	Cabo flexível 2,5mm branco - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	115	R$ 301,99	**R$ 34.728,85**
25	**2279**	**394239**	Cabo flexível 2,5mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	115	R$ 234,58	**R$ 26.976,70**
26	**2278**	**472310**	Cabo flexível 2,5mm vermelho - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	120	R$ 223,75	**R$ 26.850,00**
27	**2203**	**237828**	Cabo flexível 4mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001. CATMAT: 4472	ROLO	120	R$ 388,40	**R$ 46.608,00**
28	**2283**	**448726**	Cabo flexível 4mm branco - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.	ROLO	120	R$ 375,52	**R$ 45.062,40**
29	**2282**	**459969**	Cabo flexível 4mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.	ROLO	100	R$ 320,71	**R$ 32.071,00**
30	**2281**	**479508**	Cabo flexível 4mm vermelho - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material	ROLO	100	R$ 376,96	**R$ 37.696,00**

			do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.				
31	**2204**	**393874**	Cabo flexível 6mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001. CATMAT: Cabo flexível 6mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001. CATMAT: 393874	ROLO	100	R$ 604,74	**R$ 60.474,00**
32	**2286**	**238974**	Cabo flexível 6mm branco - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	100	R$ 344,05	**R$ 34.405,00**
33	**2285**	**394253**	Cabo flexível 6mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001	ROLO	100	R$ 434,52	**R$ 43.452,00**
34	**2284**	**459940**	Cabo flexível 6mm vermelho - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação INMETRO e iso 9001.	ROLO	100	R$ 708,00	**R$ 70.800,00**
35	**2290**	**329243**	Cabo flexível paralelo 2,0 x 1,5mm - em duas vias com 1,5mm cada via, com 750v, com selo aprovação INMETRO e iso 9001, rolo com 100 metros.	ROLO	80	R$ 167,77	**R$ 13.421,60**
36	**2291**	**325572**	Cabo flexível paralelo 2,0 x 2,5mm - 750v, selo aprovação INMETRO e iso 9001, rolo com 100 metros.	ROLO	80	R$ 236,99	**R$ 18.959,20**
37	**2246**	**320308**	Cabo multiplexado 10mm - quadrúplex, com 4 vias isoladas,	ROLO	80	R$ 406,61	**R$ 32.528,80**

			material condutor alumínio, rolo com 100 metros.				
38	**2193**	**363122**	Cabo pp 2x4 mm - em 2 vias com 4mm rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO. CATMAT: 458382	ROLO	80	R$ 612,56	**R$ 49.004,80**
39	**2359**	**343151**	Cabo pp 2x1,0 mm - em 2 vias com 1,0mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 456,45	**R$ 36.516,00**
40	**2360**	**332929**	Cabo pp 2x1,5 mm - em 2 vias com 1,5mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 420,93	**R$ 33.674,40**
41	**2273**	**437819**	Cabo pp 2x2,5 mm - em 2 vias com 2,5mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 434,42	**R$ 34.753,60**
42	**2362**	**343152**	Cabo pp 3x1,5 mm - em 3 vias com 1,5mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 577,96	**R$ 46.236,80**
43	**2275**	**-**	Cabo pp 3x2,5 mm 1KV - em 3 vias com 2,5mm cada, 1kv, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO, características adicionais: rolo com 100 metros.	ROLO	120	R$ 579,58	**R$ 69.549,60**
44	**2363**	**329602**	Cabo pp 3x4 mm - em 3 vias com 4mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 680,23	**R$ 54.418,40**
45	**2364**	**428342**	Cabo pp 4x1,5 mm - em 4 vias com 1,5mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 670,00	**R$ 53.600,00**
46	**2366**	**324953**	Cabo pp 4x2,5 mm - em 4 vias com 2,5mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 464,01	**R$ 37.120,80**
47	**2365**	**409522**	Cabo pp 4x4 mm - em 4 vias com 4mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	80	R$ 172,63	**R$ 13.810,40**

48	**2205**	**440976**	Caixa para Medidor Monofásica Neoenergia – Padrão PE com visor de vidro, produzida em conformidade com a NBR 15820, e atendendo normas internas da concessionaria, medindo (34 x 20 x 11,5) (A x L x C) CATMAT: 440976	UND	20	R$ 69,29	**R$ 1.385,80**
49	**2206**	**440977**	Caixa para Medidor Trifásica Neoenergia – Padrão PE com visor de vidro, produzida em conformidade com a NBR 15820, e atendendo normas internas da concessionaria, medindo (52 x 26 x 18,6) (A x L x C) CATMAT: 440977	UND	100	R$ 115,48	**R$ 11.548,00**
50	**2263**	**448061**	Canaleta 20mmx12mm - para uso em sistema x, características adicionais: adesiva, com 2 metros, material: pvc, na cor branca.	UND	1.200	R$ 12,96	**R$ 15.552,00**
51	**2248**	**288906**	Canaleta 50mm x 20mm Sistema -para uso em sistema x, características adicionais: adesiva, com 2 metros, material: pvc, na cor branca.	UND	400	R$ 34,61	**R$ 13.844,00**
52	**2274**	**611902**	Chave Boia automática de nível para bomba de água – com corrente máxima dos contatos de 15A, tensão 100 -254v, temperatura máxima da água 60GC (140GF) submersão máxima de 10m, potência máxima do motor 3/4HP (560w) em 127v, 1,5HP (1120W) em 220V.	UND	200	R$ 30,84	**R$ 6.168,00**
53	**2272**	**419567**	Chave de comando de IP (comando de iluminação pública) 30A	UND	100	R$ 300,49	**R$ 30.049,00**
54	**2196**	**436353**	Chave magnética de partida - com protetor térmico para motor térmico 7,5 CV, trifásico 220w/380v.	UND	60	R$ 153,48	**R$ 9.208,80**
55	**2321**	**424420**	Clips 1/8 - para cabo de aço	UND	900	R$ 1,97	**R$ 1.773,00**

56	**2197**	**239444**	Conduíte - corrugada, bitola: 5/8, características adicionais: amarela, rolo com 50 metros. CATMAT: 239444	ROLO	400	R$ 59,49	**R$ 23.796,00**
57	**2337**	**259713**	Condulete múltiplo 4 x 2 de alumínio de 1" – quantidades de entrada 5 entradas formato 4 x 2, acompanha rosca, não acompanha tampa, tipo x.	UND	400	R$ 31,95	**R$ 12.780,00**
58	**2338**	**370783**	Condulete múltiplo 4 x 2 de alumínio de 1.1/2" – quantidades de entrada 5 entradas formato 4 x 2, acompanha rosca, não acompanha tampa, tipo x	UND	450	R$ 35,29	**R$ 15.880,50**
59	**2339**	**267035**	Condulete múltiplo 4 x 2 de alumínio de 1.1/4" – quantidades de entrada 5 entradas formato 4 x 2, acompanha rosca, não acompanha tampa, tipo x	UND	450	R$ 97,78	**R$ 44.001,00**
60	**2336**	**393889**	Condulete múltiplo 4 x 2 de alumínio de 3/4" – quantidades de entrada 5 entradas formato 4 x 2, acompanha rosca, não acompanha tampa, tipo x.	UND	450	R$ 9,56	**R$ 4.302,00**
61	**2341**	**602510**	Condulete múltiplo 4 x 4 de alumínio de 1" – quantidades de entrada 2 entradas formato 4 x 4, não acompanha tampa, tipo x.	UND	450	R$ 17,84	**R$ 8.028,00**
62	**2342**	**243745**	Condulete múltiplo 4 x 4 de alumínio de 1.1/2" – quantidades de entrada 2 entradas formato 4 x 4, não acompanha tampa, tipo x.	UND	450	R$ 9,99	**R$ 4.495,50**
63	**2343**	**243986**	Condulete múltiplo 4 x 4 de alumínio de 1.1/4" – quantidades de entrada 2 entradas formato 4 x 4, não acompanha tampa, tipo x.	UND	450	R$ 11,81	**R$ 5.314,50**
64	**2340**	**243986**	Condulete múltiplo 4 x 4 de alumínio de 3/4" – quantidades de entrada 2 entradas formato 4 x 4, não acompanha tampa, tipo x.	UND	450	R$ 9,56	**R$ 4.302,00**
65	**2247**	**372873**	Conector Perfurante cdp 70 - Conector perfurante - vampiro cdp 70.	UND	2.103	R$ 16,32	**R$ 34.320,96**
66	**2294**	**321282**	Conectores de fio - WAGO 221-2411 - conectores de emenda em	UND	600	R$ 3,19	**R$ 1.914,00**

			linha de uma via, série 221 porcas de alavanca com caixa 20-14 AWG				
67	**2313**	**471746**	Cruzeta horizontal 90° Perfurada zincada para eletrocalha 50 x 50mm	UND	80	R$ 33,33	**R$ 2.666,40**
68	**2303**	**392863**	Curva 180 eletroduto rígido 1.1/2 - Curva 180 - em eletroduto rígido roscável de 1.1/2 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465	UND	85	R$ 5,38	**R$ 457,30**
69	**5849**	**336254**	Curva Curta 180 eletroduto 3/4 - eletroduto rígido roscável de 3/4", antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	150	R$ 3,29	**R$ 493,50**
70	**2302**	**408740**	Curva curta 90 - em eletroduto rígido roscável de 1.1/2 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	80	R$ 4,96	**R$ 396,80**
71	**2201**	**336254**	Curva curta eletroduto, em pvc, antichamas, angulação: 90, roscável de 3/4 polegadas. Curva curta 90 - em eletroduto rígido roscável de 3/4 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 2,77	**R$ 277,00**
72	**2319**	**343467**	Curva De Inversão 50X50mm Lisa	UND	125	R$ 16,67	**R$ 2.083,75**
73	**2318**	**404811**	Curva horizontal perfurada 90° para 50 X 50mm	UND	125	R$ 16,48	**R$ 2.060,00**
74	**2276**	**367960**	Curva longa 180 - em eletroduto rígido roscável de 1.1/4 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	180	R$ 8,72	**R$ 1.569,60**
75	**2200**	**394406**	Curva longa 180 eletroduto 3/4 "Curva longa 180 - em eletroduto rígido roscável de 3/4 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	200	R$ 10,38	**R$ 2.076,00**

76	**2301**	**237918**	Curva longa 90 - eletroduto rígido roscável de 1.1/2 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465. -	UND	150	R$ 2,49	**R$ 373,50**
77	**2262**	**469284**	Curva longa 90 - eletroduto rígido roscável de 1.1/4 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	150	R$ 2,06	**R$ 309,00**
78	**2199**	**289393**	Curva longa 90 eletrodutos 3/4 " Curva longa 90 - eletroduto rigidoroscável de 3/4 polegadas, antichamas, atendendo às especificações da Norma NBR 15465	UND	150	R$ 4,32	**R$ 648,00**
79	**2207**	**333938**	Disjuntor 3P 200 A, 10KA - em caixa moldada.	UND	80	R$ 282,67	**R$ 22.613,60**
80	**2209**	**358770**	Disjuntor monofásico 25 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 10,55	**R$ 1.055,00**
81	**2208**	**368567**	Disjuntor monofásico 10 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 10,61	**R$ 1.061,00**
82	**2306**	**376214**	Disjuntor monofásico 16 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 6,95	**R$ 695,00**
83	**2210**	**337857**	Disjuntor monofásico 32 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 5,24	**R$ 524,00**
84	**2250**	**337812**	Disjuntor monofásico 50 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 12,04	**R$ 1.204,00**
85	**2332**	**337813**	Disjuntor monofásico 63A	UND	100	R$ 36,62	**R$ 3.662,00**
86	**2307**	**352333**	Disjuntor trifásico 16 A - curva de disparo: C.	UND	60	R$ 34,99	**R$ 2.099,40**
87	**2249**	**337899**	Disjuntor trifásico 25A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 29,96	**R$ 2.996,00**
88	**2211**	**337902**	Disjuntor trifásico 32 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 40,17	**R$ 4.017,00**
89	**2212**	**337857**	Disjuntor trifásico 50 A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 58,41	**R$ 5.841,00**
90	**2251**	**337910**	Disjuntor trifásico, corrente nominal: 63 A, curva de disparo: C.	UND	100	R$ 60,64	**R$ 6.064,00**
91	**2213**	**337912**	Disjuntor trifásico 80A - curva de disparo: C.	UND	100	R$ 148,48	**R$ 14.848,00**
92	**2312**	**473261**	Eletrocalha Perfurada 50 x 50mm x 3m	UND	100	R$ 38,95	**R$ 3.895,00**

93	**2377**	**384303**	Eletroduto rígido 1" x 3m - eletroduto rígido, roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 22,18	**R$ 2.218,00**
94	**2305**	**349625**	Eletroduto rígido 1.1/2" x 3m - eletroduto rígido, roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 33,73	**R$ 3.373,00**
95	**2227**	**242120**	Eletroduto rígido 1.1\4 x 3m eletroduto rígido 1.1/4" x 3m - roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	120	R$ 31,48	**R$ 3.777,60**
96	**2379**	**394406**	Eletroduto rígido 2" x 3m - eletroduto rígido, roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	60	R$ 27,94	**R$ 1.676,40**
97	**2378**	**373698**	Eletroduto rígido 2.1/2" x 3m - eletroduto rígido, roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	55	R$ 40,20	**R$ 2.211,00**
98	**2380**	**335501**	Eletroduto rígido 3" x 3m - eletroduto rígido, roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	49	R$ 22,61	**R$ 1.107,89**
99	**2252**	**336238**	Eletroduto rígido 3/4" x 3m - roscável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 18,09	**R$ 1.809,00**
100	**2214**	**336239**	Eletroduto rigído 32mm x 3m - soldável, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 26,98	**R$ 2.698,00**
101	**2253**	**608970**	Fecho dentado 3/4 - para fita de aço galvanizado.	UND	100	R$ 1,07	**R$ 107,00**
102	**2331**	**457223**	Filtro de linha 4 tomadas 1M - Cabo medindo aproximadamente 70cm, amperagem: 10A / 250V Cabo: PP espessura do cabo: 1,5 mm² Número de tomadas: 4 Ideal para: Proteger eletroeletrônicos, como televisores, home-theater, vídeo games, computadores, impressoras, telefones, entre outros.	UND	100	R$ 33,56	**R$ 3.356,00**

103	**2216**	**367233**	Fita de aço inox 3/4 X 30m - bandeira poste	UND	100	R$ 89,15	**R$ 8.915,00**
104	**2217**	**260862**	Fita isolante (azul) - medidas 19mm x 20m.	UND	200	R$ 4,26	**R$ 852,00**
105	**2254**	**317582**	Fita isolante (branca) - medidas 19mm x 20m.	UND	180	R$ 10,50	**R$ 1.890,00**
106	**2292**	**419864**	Fita isolante (preta) - medidas 19mm x 20m.	UND	350	R$ 7,36	**R$ 2.576,00**
107	**2218**	**321186**	Fita isolante (vermelha) - medidas 19mm x 20m.	UND	200	R$ 11,34	**R$ 2.268,00**
108	**2219**	**321180**	Fita isolante elétrica (auto fusão) - medidas 19mm x 10 metros.	ROLO	250	R$ 23,37	**R$ 5.842,50**
109	**2315**	**300029**	Gancho Eletrocalha Suspenso Duplo 50 X 50mm	UND	250	R$ 40,67	**R$ 10.167,50**
110	**2255**	**411292**	Haste de aterramento - com medidas 12mm x 1,20m.	UND	100	R$ 17,69	**R$ 1.769,00**
111	**2220**	**347050**	Interruptor (duplo) - com 02 seções de embutir.	UND	150	R$ 15,32	**R$ 2.298,00**
112	**2221**	**456104**	Interruptor (simples) - com 01 seção de embutir. CATMAT: 456104	UND	96	R$ 10,08	**R$ 967,68**
113	**2222**	**338444**	Interruptor sobrepor com tomada - características adicionais em sistema x.	UND	196	R$ 8,00	**R$ 1.568,00**
114	**2223**	**446074**	Isolador de roldana - medidas 72x72mm.	UND	250	R$ 7,75	**R$ 1.937,50**
115	**2346**	**614962**	Junta de vedação roscada 1.1/2”	UND	180	R$ 11,82	**R$ 2.127,60**
116	**2347**	**233385**	Junta de vedação roscada 1.1/4”	UND	180	R$ 15,64	**R$ 2.815,20**
117	**2345**	**614962**	Junta de vedação roscada 1”	UND	180	R$ 15,47	**R$ 2.784,60**
118	**2344**	**614961**	Junta de vedação roscada 3/4”	UND	180	R$ 5,60	**R$ 1.008,00**
119	**2225**	**444603**	Lâmpada de LED tubular (18 w) - tensão nominal bivolt, formato tubular 120cm de comprimento, características adicionais: LED tipo fluorescente, 6500K.	UND	350	R$ 13,12	**R$ 4.592,00**
120	**2226**	**449310**	Lâmpada de LED (bocal E-27) - potência nominal: 12W, características adicionais: na cor branca, 6500kLâmpada de LED (bocal E-27) - potência nominal: 12W, características adicionais: na cor branca, 6500k	UND	216	R$ 7,54	**R$ 1.628,64**
121	**2224**	**437523**	Lâmpada de LED tubular (9w) - tensão nominal bivolt, formato tubular, características	UND	250	R$ 10,23	**R$ 2.557,50**

			adicionais: LED tipo fluorescente, 6000K.				
122	**2229**	**468579**	Lâmpada LED (20 W) - tensão nominal bivolt, tipo base E-27, na cor branca, 6500k.	UND	150	R$ 10,95	**R$ 1.642,50**
123	**2230**	**468571**	Lâmpada LED (30W) - tensão nominal bivolt, tipo base E-27, na cor branca, 6500k.	UND	100	R$ 22,02	**R$ 2.202,00**
124	**2231**	**462578**	Lâmpada LED (40 W) - tensão nominal bivolt, tipo base E-27, na cor branca, 6500k.	UND	264	R$ 28,34	**R$ 7.481,76**
125	**2257**	**439278**	Lâmpada LED (50 W) - tensão nominal bivolt, tipo base E-27, na cor branca, 6500k.	UND	500	R$ 18,29	**R$ 9.145,00**
126	**2244**	**431796**	LÂMPADA LED 80W, E-27, BIVOLT COR BRANCA	UND	300	R$ 62,42	**R$ 18.726,00**
127	**2333**	**437818**	LAMPADA LED BULBO 18W BRANCA BIVOLT BASE E27	UND	200	R$ 9,02	**R$ 1.804,00**
128	**2295**	**467325**	Luminária LED (100 W) - para iluminação pública (postes), com grau de proteção no mínimo ip-66, características adicionais branco frio, 6500k, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do INMETRO e padrões ABNT.	UND	100	R$ 236,87	**R$ 23.687,00**
129	**2296**	**475596**	Luminária LED (150 W) - para iluminação pública (postes), com grau de proteção no mínimo ip-66, características adicionais na cor branco frio, 6500k, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do INMETRO e padrões ABNT. CATMAT: 475596	UND	200	R$ 157,61	**R$ 31.522,00**
130	**2228**	**466395**	Luminária LED (200 W) - para iluminação pública (poste), grau de proteção no mínimo ip-66, características adicionais na cor branco frio, 6500k, formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do INMETRO e padrões ABNT.	UND	500	R$ 91,32	**R$ 45.660,00**
131	**2256**	**467322**	Luminária LED (50 W) - para iluminação pública (postes), com grau de proteção no mínimo ip-	UND	250	R$ 17,41	**R$ 4.352,50**

			66, características adicionais cor branco frio, 6500k em formato SMD, bivolt, em conformidade de padrões do INMETRO e padrões ABNT.				
132	**2308**	**461998**	Luminária tubular LED Slim 120cm - cor branco frio, 40w, voltagem 110v/220v.	UND	100	R$ 25,86	**R$ 2.586,00**
133	**2304**	**260865**	Luva roscável 1.1/2" - em eletrodutos rígido, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 24,11	**R$ 2.411,00**
134	**2293**	**262668**	Luva roscável 1.1/4 - em eletrodutos rígido, atendendo às especificações da Norma NBR 15465.	UND	100	R$ 4,35	**R$ 435,00**
135	**2314**	**399037**	Mão francesa reforçada para eletrocalha 60cm - com capacidade para suportar até 70 quilos. Fabricado em aço galvanizado, formato do perfil em U, altura da alma 24cm, altura total 26cm, espessura 18mm, comprimento 600mm x 38mm.	UND	200	R$ 14,92	**R$ 2.984,00**
136	**2357**	**408713**	Módulo interruptor simples branco sem placa	UND	200	R$ 9,11	**R$ 1.822,00**
137	**2358**	**373709**	Módulo tomada 2 polos + terra embutir 20a 250v branco sem placa	UND	625	R$ 13,34	**R$ 8.337,50**
138	**5850**	**219549**	Parafuso 3,0 x 12mm - cabeça chata Philips – Caixa com 500 Unidades	CAIXA	45	R$ 40,85	**R$ 1.838,25**
139	**5851**	**200332**	Parafuso 3,0 x 16mm - cabeça chata Philips – Caixa com 500 Unidades	CAIXA	50	R$ 29,67	**R$ 1.483,50**
140	**5852**	**212942**	Parafuso 3,5 x 35mm - cabeça chata Philips – Caixa com 500 Unidades	CAIXA	50	R$ 40,85	**R$ 2.042,50**
141	**5853**	**212942**	Parafuso 4,0 x 35mm - cabeça chata Philips – Caixa com 500 Unidades	CAIXA	50	R$ 44,09	**R$ 2.204,50**
142	**5854**	**229353**	Parafuso 4,0 x 40mm - cabeça chata Philips – Caixa com 500 Unidades	CAIXA	50	R$ 44,85	**R$ 2.242,50**

143	2260	259364	Parafuso cabeça quadrada 16x150mm - material em aço.	UND	800	R$ 6,70	**R$ 5.360,00**
144	2258	326343	Parafuso cabeça quadrada 16x200mm - material em aço	UND	800	R$ 0,61	**R$ 488,00**
145	2259	252634	Parafuso máquina 1/2"x10" - com porca.	UND	800	R$ 9,62	**R$ 7.696,00**
146	5855	202138	Parafuso 4,0 x 50mm - Caixa com 500 Unidades	CAIXA	100	R$ 38,41	**R$ 3.841,00**
147	2327	430914	Placa cega para caixa 4x2 " - composto por suporte, placa na cor branca. Referência: Siemens ou equivalente.	UND	130	R$ 4,62	**R$ 600,60**
148	2326	441245	Placa cega para caixa 4x4 " - composto por suporte, placa na cor branca. Referência: Siemens ou equivalente.	UND	130	R$ 8,90	**R$ 1.157,00**
149	2236	446451	Plafon E-27 (100w) - em material plástico, na cor branca. Características adicionais: bocal em porcelanato, E-27 (bocal decorativo).	UND	450	R$ 8,18	**R$ 3.681,00**
150	2233	601348	Plafon LED (12 W) - potência da lâmpada 12 W, 6500k, características adicionais sobrepor, na cor branca, bivolt, 17x17 cm.	UND	150	R$ 29,72	**R$ 4.458,00**
151	2234	485912	Plafon LED (18W) - potência 18 W, 6000k, características adicionais: sobrepor, branco, bivolt, 20x20 cm.	UND	95	R$ 27,52	**R$ 2.614,40**
152	2235	601349	Plafon LED (24 W) - 6500k, características adicionais: sobrepor, bivolt, na cor branca.	UND	300	R$ 37,20	**R$ 11.160,00**
153	2335	396829	Plugue FÊMEA 2P + T 10A - atendendo as especificações da norma ABNT NBR 14136.	UND	200	R$ 7,51	**R$ 1.502,00**
154	2310	428747	Plugue Macho 2P + T 10A - atendendo as especificações da norma ABNT NBR 14136.	UND	200	R$ 11,97	**R$ 2.394,00**
155	2195	486073	Quadro de distribuição 12/16 disj. c/barramento mono. para 12 ou 16 disjuntores, monofásico com barramento. CATMAT: 486073	UND	120	R$ 119,82	**R$ 14.378,40**

156	**2237**	**446478**	Quadro de distribuição 3/4 disj - para 3 ou 4 disjuntores, de embutir.	UND	100	R$ 24,92	**R$ 2.492,00**
157	**2194**	**446476**	Quadro de Distribuição 6/8disj. C barramento tri. - Para 6 ou 8 disjuntores, trifásico com barramento. CATMAT: 446476	UND	100	R$ 71,14	**R$ 7.114,00**
158	**5856**	**603974**	Refletor de LED 1000w - Dimensão mínima: 650 mm x 551 mm x 65 mm; Durabilidade: 25.000h; tensão: 85~265v (bivolt); Temperatura de cor: 6500k (branco frio); Fluxo luminoso: 75.000lm; índice de proteção: ip66; Eficiência energética: Classe A.	UND	130	R$ 73,81	**R$ 9.595,30**
159	**2238**	**428944**	Relê fotoelétrico - uso interno e externo, tensão nominal bivolt, potência nominal 1000 W, de conector, N.F.	UND	2.500	R$ 27,70	**R$ 69.250,00**
160	**2297**	**405802**	Sinaleira de garagem led bivolt ABS BIP sonoro condomínio - com dimensões aproximadas (410mm x 95mm x 160mm) (C x L x A).	UND	20	R$ 191,13	**R$ 3.822,60**
161	**2239**	**231145**	Soquete/ Bocal E-27 - em material termoplástico, 250v. características adicionais: com rabicho, base E-27. (cor será definida na aquisição).	UND	320	R$ 3,67	**R$ 1.174,40**
162	**2190**	**4021555**	Soquete/bocal E-40 - Em louça de porcelana boca E-40.4A, 250V, CATMAT - 4021555	UND	80	R$ 8,00	**R$ 640,00**
163	**2324**	**601421**	Spot led 10cm redonda de embutir - dicroica, potência no máximo 7w, bivolt redondo de embutir	UND	100	R$ 15,22	**R$ 1.522,00**
164	**2325**	**365714**	Spot led 16cm redonda de embutir - dicroica, potência no máximo 7w, bivolt redondo de embutir	UND	100	R$ 23,35	**R$ 2.335,00**
165	**2355**	**353851**	Tampa para condulete alumínio 1.1/2" para 3 postos juntos cinza	UND	300	R$ 8,90	**R$ 2.670,00**
166	**2356**	**353851**	Tampa para condulete alumínio 1.1/4" para 3 postos juntos cinza	UND	300	R$ 10,12	**R$ 3.036,00**

167	2350	244038	Tampa para condulete alumínio 1. para 2 postos juntos cinza	UND	300	R$ 5,73	**R$ 1.719,00**
168	2354	353851	Tampa para condulete alumínio 1" para 3 postos juntos cinza	UND	300	R$ 8,26	**R$ 2.478,00**
169	2349	411911	Tampa para condulete alumínio 3/4" para 2 postos juntos cinza	UND	300	R$ 8,97	**R$ 2.691,00**
170	2353	411911	Tampa para condulete alumínio 3/4" para 3 postos juntos cinza	UND	300	R$ 17,27	**R$ 5.181,00**
171	2317	483254	Tela para emenda de eletrocalha 50 x 50mm - medidas (50 x 5 cm), altura da alma 1mm, altura total 5mm, espessura 1mm, em aço galvanizado.	UND	250	R$ 2,73	**R$ 682,50**
172	2243	389055	Teste/chave digital - por indução elétrica, corrente alternada entre 100 e 1000v.	UND	80	R$ 15,47	**R$ 1.237,60**
173	2298	403135	Tomada Dupla 20A - Tomada dupla - sistema X 2P, padrão, 20 A, completa. CATMAT: 403135	UND	200	R$ 14,20	**R$ 2.840,00**
174	2368	213344	Tomada dupla com tampa 2 seções de embutir 20 A	UND	497	R$ 12,06	**R$ 5.993,82**
175	5845	473385	Tomada dupla com tampa 2 seções de embutir 10 A	UND	200	R$ 14,45	**R$ 2.890,00**
176	5846	473385	Tomada dupla com tampa 1 seção de embutir 10 A	UND	200	R$ 13,18	**R$ 2.636,00**
177	5847		Tomada simples com tampa 2 seções de embutir 10 A	UND	200	R$ 33,39	**R$ 6.678,00**
178	5848		Tomada simples com tampa 1 seção de embutir 10 A	UND	200	R$ 14,45	**R$ 2.890,00**
COTAS - ME / EPP - 75% E 25%							
179	2287	406073	Cabo flexível 25mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.	ROLO	90	R$ 1.629,25	**R$ 146.632,50**
180	2287	406073	Cabo flexível 25mm azul - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.	ROLO	30	R$ 1.629,25	**R$ 48.877,50**
181	2288	317528	Cabo flexível 25mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material	ROLO	90	R$ 1.655,45	**R$ 148.990,50**

			do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.				
182	**2288**	**317528**	Cabo flexível 25mm preto - características adicionais: rolo com 100 metros, 750v, material do condutor: cobre, material cobertura: pvc antichamas, selo aprovação inmetro e iso 9001.	ROLO	30	R$ 1.655,45	**R$ 49.663,50**
183	**2367**	**328985**	Cabo multiplexado 16mm - quadruplex, com 4 vias isoladas, material condutor alumínio, rolo com 100 metros.	ROLO	49	R$ 1.474,36	**R$ 72.243,64**
184	**2367**	**328985**	Cabo multiplexado 16mm - quadruplex, com 4 vias isoladas, material condutor alumínio, rolo com 100 metros.	ROLO	16	R$ 1.474,36	**R$ 23.589,76**
185	**2361**	**343150**	Cabo pp 2x6 mm - em 2 vias com 6mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	60	R$ 1.281,13	**R$ 76.867,80**
186	**2361**	**343150**	Cabo pp 2x6 mm - em 2 vias com 6mm, rolo com 100 metros, material do condutor cobre, certificado pelo INMETRO	ROLO	20	R$ 1.281,13	**R$ 25.622,60**
187	**2311**	**-**	Poste Jardim 2 Pétala - em alumínio em pintura eletrostática, soquete E27, na cor preta, poste 3" polegadas, base quadrada 20x 20 cm, tensão bivolt. Medidas para Pétalas: tamanho médio nas medidas (C) 450 / (L) 250 / 130mm. Característica adicionais: para iluminação pública, poste decorativo.	UND	150	R$ 756,75	**R$ 113.512,50**
188	**2311**	**-**	Poste Jardim 2 Pétala - em alumínio em pintura eletrostática, soquete E27, na cor preta, poste 3" polegadas, base quadrada 20x 20 cm, tensão bivolt. Medidas para Pétalas: tamanho médio nas medidas (C) 450 / (L) 250 / 130mm. Característica adicionais: para iluminação pública, poste decorativo.	UND	50	R$ 756,75	**R$ 37.837,50**

TOTAL GLOBAL	R$ 2.727.350,73

VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 2.727.350,73 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e três centavos).

3. PRAZOS

3.1. O prazo para entrega do objeto deste Termo de Referência será de **até 10 (dez) dias úteis**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

3.1.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes neste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **05 (cinco) dias ùteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

1.2.1 O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: : **Centro de Distribuição da Prefeitura de Sirinhaém, Rua: Marquês de Olinda, Nº 487, Centro, Sirinhaém – PE, CEP: 55580-000 (Por trás da Rodoviária)**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: compraspmsi01@gmail.com

3.1.2. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

3.2. O objeto deste Termo de Referência será recebido:

3.2.1. Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência;

3.2.2. Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

3.3. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Contratada.

3.4. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº___/2026
Processo Licitatório PMS Nº 075/2026
Pregão Eletrônico PMS (SRP) Nº 010/2026

O MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM/PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Sebastião Chaves, nº 432, Centro – Sirinhaém - Pernambuco - CEP: 55.580-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.292.209/0001-20, por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**, por meio de seu Secretário, Sr. _____, (qualificação), no exercício das atribuições, e nos termos do que dispõe na Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 10/2025, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRP) nº 010/2026**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, situada à _____, neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, Sr. _____, (qualificação), objetivando futuros fornecimentos dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1º. DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, plenamente vinculado ao Pregão e à proposta, rege-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto Municipal nº 10/2025, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA 2º. DO OBJETO

O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços** _____ **para a(s) Secretária(s) de** _____ **do Poder Executivo do Município de** _____, conforme especificações e quantitativos constantes no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA 3º. DO VALOR

§ 1º. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Órgão Gerenciador** pagará à **Detentora** o valor total de R$ _____ (_____), conforme tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO PRÓPRIO DO SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

§ 2º. A Detentora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos de até 25% do objeto, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 24 do Decreto Municipal 10/2025.

CLÁUSULA 4º. DOS PRAZOS

§ 1º. O prazo de vigência do Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada, por igual período, como nas demais normas legais pertinentes.

a. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 105 da Lei 14.133/2021, prorrogáveis por até 10 anos, na forma do artigo 105 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

§ 2º. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, conforme § 1 do artigo 23 do Decreto Municipal nº 10/2025.

§ 3º. A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021

§ 4º. O prazo para entrega dos produtos será de até **10(dez)** dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

a. A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **05(cinco) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

1.1.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue pela Detentora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, no seguinte endereço **Centro de Distribuição da Prefeitura de Sirinhaém, Rua: Marquês de Olinda, S/N, Centro, Sirinhaém – PE, CEP: 55580-000 (Por Trás da Rodoviária)**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 15:00hs, mediante agendamento através do e-mail: comprаspmsi01@gmail.com

CLÁUSULA 5º. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. Caberá ao Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

§ 2º. Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador, deverá:

I. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII;

II. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

III. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 31 do Decreto Municipal nº 10/2025, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 3º. O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VI do Decreto Municipal nº 10/2025.

CLÁUSULA 6º. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

§ 1º. Durante a vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade não participante poderá aderir à ata na condição de não participante, observadas as disposições do §2º do artigo 86 da Lei nº14.133/2021 c/c ao Decreto Municipal 10/2025.

§ 2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento de corrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciador e com os órgãos ou entidades participantes.

§ 3º. A autorização do órgão ou entidade gerenciadores apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 4º. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadores, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 5º. O prazo previsto no §4º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadores, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 6º. O órgão ou entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

§ 7º. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e para os órgãos ou entidades participantes.

§ 8º. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

§ 9º. A faculdade dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciador federal, estadual ou distrital.

§ 10º. A faculdade dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciador municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

§ 11º. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadores, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA 7º. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Governo, através de sua Secretária.

a. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

§ 2º. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem, se dará de forma setorial, e os fiscais setoriais designados serão:

§ 3º. Não obstante a empresa Detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

§ 4º. Caberá aos fiscais da Ata de Registro de Preços e dos eventuais Contratos que dela originarem:

a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;

c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;

f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência simplificado, Anexo I do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;

h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;

i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 5º. Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;

b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços/Contratuais;

d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;

e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;

f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;

g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;

h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

CLÁUSULA 8º. RECEBIMENTO DO OBJETO

§ 1º. O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

a. Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;

b. Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

§ 2º. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

§ 3º. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

CLÁUSULA 9º. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º. Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.

b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos.

e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento

f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.

h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.

i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.

k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.

l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.

m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.

n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

§ 2º. Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.

b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços.

d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços.

f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

CLÁUSULA 10º. DO PAGAMENTO

§ 1. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da liquidação da despesa.

a. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

b. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

§ 2º. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, conforme o art. 27 do Decreto Municipal 10/2025, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

§ 3º. O Órgão Gerenciador terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 4º. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

§ 5º. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 11º. DO REAJUSTE DE PREÇOS

§ 1º. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, nos termos da Lei nº 10.192/2001, c/c o art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 25 do Decreto Municipal nº 10/2025, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da legislação aplicável.

§ 2º. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

§ 3º. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

CLÁUSULA 12º. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações, conforme 25 do Decreto Municipal nº 10/2025.

a. Na hipótese de acréscimos unilateral, aplica-se o disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre o limite de 25%, bem como, art. 24 do Decreto Municipal nº 10/2025.

CLÁUSULA 13º. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

§ 1º. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no art. 25 do Decreto Municipal nº 10/2025.

§ 2º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art. 26 do Decreto Municipal nº 10/2025.

a. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º art. 26 do Decreto Municipal nº 10/2025.

b. Na hipótese prevista §2º do art. 26 do Decreto Municipal nº 10/2025, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no §4º do art. 27 do Decreto 10/2025.

c. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão ou entidade gerenciadores aos órgãos ou entidades cujos contratos tenham sido formalizados com fundamento no respectivo registro, para avaliarem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 3º. Na hipótese de cancelamento do registro de preços o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para manifestarem se têm interesse em assumir o fornecimento dos bens.

CLÁUSULA 14º. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. O registro do fornecedor será cancelado, consoante o disposto no art. 28 do Decreto Municipal nº 10/2025, quando ele:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º do art. 27; ou

IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º. Na hipótese prevista no inciso III do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços e não seja diretamente relacionada ao seu descumprimento, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 3º. O cancelamento de registros nas hipóteses, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadores, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º. A extinção do registro do fornecedor não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na forma do inciso II do art. 19 do Decreto Municipal nº 10/2025.

§ 5º. Poderão motivar o cancelamento da ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, as seguintes situações:

a. Caso fortuito ou força maior;
b. Razões de interesse público; ou
c. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos artigos 26 e 27 do Decreto Municipal nº 10/2025.

§ 6º. O fornecedor ou o prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

§ 7º. A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 8º. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor, a comunicação poderá ser feita na Imprensa Oficial do Município, assegurado o prazo recursal indicado no § 5º.

CLÁUSULA 15º. DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

§ 1º. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 19 do Decreto nº 10/2025, fica facultado a convocação dos licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

§ 2º. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea "a" do inciso II do caput do art. 19 do Decreto 10/2025, aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a. convocar os licitantes de que trata a alínea "b" do inciso II do caput do art. 19 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário
b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§5º. Quando não houver êxito na aplicação do disposto no art. 21 do Decreto Municipal 10/2025, ou diante da inexistência de cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais licitantes classificados no processo para registro de preços de remanescente, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 16º. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

§ 1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços

§ 2. O órgão ou entidade gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende controlar será considerado participante para fins do remanejamento do que trata o caput.

§ 3. Para fins do disposto no caput, competirá ao órgão ou à entidade gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

§ 4. Quando o remanejamento for realizado de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

§ 5. Na hipótese de o fornecedor aceitar o remanejamento previsto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade não participante passará a integrar a ata de registro de preços na qualidade de participante.

§ 6. O órgão ou entidade participante poderá solicitar ao gerenciador a sua exclusão da condição de participante, desde que não tenha utilizado o seu saldo na ata, ocorrendo o remanejamento automático do seu saldo para o gerenciador.

CLÁUSULA 17º. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

§ 1º. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I. Advertência;

II. Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;

b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

IV.

§ 3º. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 4º. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 5º. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

§ 6º. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora/Contratada estará sujeita às penalidades:

Ficará sujeito a penalidade prevista no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Além das penalidades citadas, a Detentora/Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

§ 7º. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

CLÁUSULA 18º. DA VINCULAÇÃO

As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

CLÁUSULA 19º. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1. As partes elegem o foro da Comarca de Sirinhaém/PE como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme o art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE _____
SECRETARIA DE _____
Órgão Gerenciador

_____
Empresa Detentora

TESTEMUNHAS:_____CPF/MF:_____

TESTEMUNHAS:_____CPF/MF:_____

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato nº ___/2026
Processo de Licitatório Nº 075/2026
Pregão Eletrônico (SRP) nº 010/2026

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, E A EMPRESA _____.

Minuta de Contrato de Fornecimento que firmam, **o MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM/PE,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Sebastião Chaves, nº 432, Centro – Sirinhaém - Pernambuco - CEP: 55.580-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.292.209/0001-20, por meio da Secretaria de _____, por meio de seu Secretário, Sr. _____ (qualificação), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____, neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, Sr. _____, (qualificação), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2026 e mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA 1. DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento do objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao Pregão e à proposta, pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA 2. DO OBJETO

Constitui objeto do presente _____, conforme especificações e quantitativos constantes **no Anexo I do Edital, que integra este acordo independentemente de transcrição.**

CLÁUSULA 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente, deverão ocorrer pela seguinte dotação orçamentária: _____

CLÁUSULA 4. DO VALOR CONTRATADO

§ 1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor total de R$ _____ (_____), conforme tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO PRÓPRIO DO SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

§ 2º. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, devendo este limite de percentual ser respeitado de acordo com o critério de julgamento da licitação.

§ 3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 5. DOS PRAZOS

§ 1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____, prorrogáveis por até 10 anos, na forma do artigo 105 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

a. A formalização do termo aditivo, na hipótese de prorrogação automática, deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o art. 132 da Lei 14.133/2021.

§ 2. O prazo para entrega do objeto licitado será de até _____, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

§ 3. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até _____, contado do recebimento da solicitação de troca.

§ 4. O objeto deste deverá ser entregue pela Contratada, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: _____, de segunda à sexta-feira, no horário das __:__ às __:__, mediante agendamento através do e-mail: ___; ou do contato telefônico: ___.

CLÁUSULA 6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

§ 1. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a) Secretário(a) de _____, o(a) Sr(a).

§ 2. A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a)_____, o(a) Sr(a).

§ 3. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

§ 4. Caberá à fiscal do Contrato:

a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;

f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, no Edital e Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;

h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;

i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 5. Caberá ao Gestor do Contrato:

a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.

b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;

e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal;

f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor dos Contratos não seja ultrapassado;

h) Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

CLÁUSULA 7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

§ 1. O objeto deste Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;

b) Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

§ 2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Contratada.

§ 3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

CLÁUSULA 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não há possibilidade de subcontratação, visto que as características do objeto a ser contratado, especialmente com vistas a quantidade, não abrem margem para a subcontratação.

CLÁUSULA 9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1. Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 14.133/2021, caberá à Contratada:

a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021

b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento.

f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.

h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.

i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do Contrato.

j) Indicar preposto que se responderá perante o Contratante.

k) Atender prontamente às requisições do Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.

l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.

m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.

n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

§ 2. Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.

b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante com relação ao objeto do Contrato.

d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

e) Acompanhar a execução do Contrato.

f) Comunicar à contratada as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

CLÁUSULA 10.PAGAMENTO DAS FATURAS

§ 1. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento do objeto deste Contrato em 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da liquidação da despesa.

§ 2. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§ 3. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

§ 4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

§ 5. O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 6. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

§ 7. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

§ 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustável pelo prazo de 1(um) ano, contado da data do orçamento estimado, nos termos da Lei nº 10.192/2001, c/c o art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 25 do Decreto Municipal nº 10/2025, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da legislação aplicável.

§ 2. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

§ 3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 4. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

CLÁUSULA 12.DAS ALTERAÇÕES

§ 1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos artigos 124 a 136 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este Contrato para todos os fins legais.

§ 2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 13.DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

§ 1. O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município de Sirinhaém-PE as prerrogativas constantes do art. 104 da lei 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

CLÁUSULA 14.DAS PENALIDADES E SANÇÕES

§ 1. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da lei 14.133/2021.

§ 2. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I. Advertência;

II. Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;

b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

d) Pela recusa da Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

IV. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 5. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

§ 6. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Contratada estará sujeita às penalidades:

Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

§ 7. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

CLÁUSULA 15.DOS CASOS OMISSOS

§ 1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 16.DA EXTINÇÃO

§ 1. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de extingui-lo, de acordo com o previsto no §2° do artigo 137 e art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 17.DA PUBLICIDADE

§ 1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA 18. DO FORO

§ 1. As partes elegem o foro da Comarca de Sirinhaém/PE como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda da presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Sirinhaém/PE, ____ de _____ de 2025.

_____
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF:

2. _____
CPF/MF:

ANEXO IV
(usar papel timbrado da empresa)

Ao
Município de Sirinhaém/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PMS 010/2026

DECLARAÇÕES

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3) Não incorre em nenhuma das vedações elencadas no artigo 9, §3° da Lei Federal nº 14.133/2021.

4) Para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso I do Artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

5) Para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

6) Os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no inciso IV, art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.

Local, data

DATA/CARIMBO/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Ao
Município de Sirinhaém/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PMS 010/2026

Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP,** constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14/12/2006.**

Para tanto anexo o **comprovante.**

E ainda **DECLARO**, para os devidos fins, não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DATA/CARIMBO/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VI
FORMULÁRIO DE DADOS DO FORNECEDOR[3]

NOME DA EMPRESARIAL:	
CNPJ:	
E-MAIL:	
TELEFONE (1):	
CELULAR (1):	
CELULAR (2):	

Declaro, para fins estabelecidos na Decreto Municipal nº 056/2025, que:

1 – As informações contidas neste formulário servirão para recebimento de:

I - envio de atas de registro de preços/contratos e seus respectivos aditivos visando a assinatura e/ou dar o seu conhecimento;

II - das ordens/autorização de serviços e/ou de fornecimento, e respectivas notificações, visando a execução de seu conteúdo;

III – quaisquer comunicações que se façam necessárias, relacionadas a informações de interesse mútuo; e

IV – comunicações e intimações processuais de apuração de infrações, cancelamento de registro de preços e extinção contratual.

2 - As comunicações previstas nos incisos I, II e III do item 1, consideram-se feitas na data registrada no comprovante de envio ao correio eletrônico do licitante ou contratado.

3 - A comunicação prevista no inciso IV do item 1, considera-se feita:

I - 2 (dois) dias úteis contados da data registrada no comprovante de envio ao correio eletrônico do licitante ou contratado; ou

II - na data em que o licitante ou contratado acusar recebimento no endereço eletrônico a ele atribuído, se ocorrido antes do prazo previsto no inciso I.

4 – Tenho pleno conhecimento de que, em caso de alteração de endereço eletrônico, preciso informar imediatamente a nova informação por meio de novo formulário e a não atualização do endereço eletrônico não implicará qualquer vício processual.

_____

Assinatura do Representante Legal

[3]Formulário de preenchimento obrigatório pelas empresas vencedoras, sob pena de decair o direito à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, devendo constar como anexo nos editais, avisos de contratação, entre outros. Após preenchido, deverá integrar as atas de registro de preços e/ou contratos formalizados.